

**FLUXOS EM EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO NORDESTE BRASILEIRO:
conquistas, desafios e (re)invenções**

**FLOWS IN INDIGENOUS SCHOOL EDUCATION IN NORTHEAST BRAZIL:
achievements, challenges and (re)inventions**

José Carlos Carlos Batista Magalhães¹

Nahima Costa Castro²

Paulo de Tássio Borges da Silva³

Rosilene Cruz de Araújo⁴

No Nordeste brasileiro, segunda região com concentração em povos indígenas do país (IBGE, 2022), inúmeras têm sido as experiências construídas com a Educação Escolar Indígena. Algumas dessas experiências têm sido pioneiras, como propostas curriculares, que têm influenciado grupos indígenas de outras regiões do país. Neste sentido, o dossiê acena para a construção de um balanço acerca da Política de Educação Escolar Indígena no Nordeste brasileiro, em resposta às tentativas de homogeneização das políticas neoliberais. O dossiê apresenta pesquisas em Educação Escolar Indígena, perpassadas por experiências de formação inicial e continuada de professores(as) indígenas, produções curriculares, de materiais didáticos e outras formas de fazer escola.

O texto que abre o dossiê, intitulado “Ensino Médio e a identidade Pataxó na comunidade Indígena Coroa Vermelha”, de Verônica Silva Santos, Francisco Vanderlei Ferreira da Costa e Shirley Ribeiro de Souza Amaro, tem como objeto de pesquisa o processo de implantação do Colégio Estadual Indígena Coroa Vermelha, como se deu a reivindicação do Colégio pelo povo Pataxó de Coroa Vermelha e como vem sendo sua primeira década de existência. As autoras enfatizam que o Colégio precisou superar algumas adversidades que são colocadas às Escola Indígenas. No entanto, concluem que o Colégio é um espaço de construção

¹ Coordenador estadual da Educação Escolar Indígena na Bahia. Licenciado em Letras – Espanhol pela UESC e possui licenciatura intercultural indígena pela UNEB. É mestre e doutorando em Antropologia Social pela UnB.

² É professora e coordenadora pedagógica na Aldeia Pataxó Guaxuma. É pedagoga, possui licenciatura intercultural indígena pela UNEB, mestranda em ensino e relações étnico-raciais pelo PPGER/UFSB. É pesquisadora no grupo de pesquisa Kijetxawê: currículo, diferença e formação de professores – CNPq/UFF.

³ Possui doutorado em educação pelo Proped/UERJ, mestrado em educação pela UFS e mestrado em linguística e línguas indígenas pelo Museu Nacional da UFRJ. É professor no DED/UFF e no PPGER/UFSB, professor visitante no PPGED/UEA e líder do grupo de pesquisa Kijetxawê: currículo, diferença e formação de professores – CNPq/UFF.

⁴ Diretora nacional da Educação Escolar Indígena no MEC/SECADI. É mestre em educação pela UNEB e doutoranda em Antropologia Social pela UnB.

coletiva pela comunidade Pataxó de Coroa Vermelha, na perspectiva de somar as diversas estratégias utilizadas pelos Pataxó no fortalecimento, pertencimento e manutenção na alteridade de ser Pataxó.

Em “Identidade matemática cultural: matemática no cotidiano do povo Jiripancó”, Allan dos Santos apresenta alguns aspectos da cultura do povo indígena Jiripancó a partir do contexto matemático, com foco na identificação da matemática em seu cotidiano através da utilização do sistema de numeração e contagem para questões como planejamento de colheitas, e até mesmo na organização social, pintura corporal e realização dos rituais. O povo Jiripancó emprega conceitos geométricos na construção de habitações e objetos nos quais a geometria é fundamental e em alguns elementos da organização territorial. Tratar a matemática como parte da vida do povo Jiripancó, enraizada em sua cultura e tradições, possibilitou fazer essa discussão em forma de pesquisa com o intuito de fortalecer a importância do conhecimento indígena no contexto matemático, seja na comunidade ou na escola, para a permanência dos saberes desse povo. Os resultados demonstraram a relação entre a cultura da comunidade com as teorias e práticas matemáticas que o povo Jiripancó desenvolve e utiliza.

Lígia Lima e Allan dos Santos em “Entrelaçando saberes: cultura indígena e matemática lúdica na aprendizagem do povo Karuazu”, verificam a interligação do saber matemático escolar com a cultura indígena Karuazu, na perspectiva do ensino matemático através do lúdico. Assim, a diversidade étnica Karuazu pode ser trabalhada nas aulas de matemática com a prática de atividades lúdicas, abrindo espaços para a formação da identidade destes alunos diante das novas aprendizagens da matemática, com ações planejadas e repensadas para que todos possam ser incluídos no processo de aprendizagem. Os resultados demonstraram que a integração de saberes matemáticos com o ensino lúdico é uma abordagem pedagógica que busca tornar a aprendizagem da matemática mais envolvente e significativa.

No texto “Indígenas nordestinos: sobre desafios e reexistências curriculares/culturais do povo Kariri-Xocó e Pankararu Opará por meio da educação”, William de Goes Ribeiro, Idiane Cruzá e Laiza Railane Tavares da Silva, apresentam alguns desafios que os povos indígenas nordestinos enfrentam diariamente para sustentar a cultura e a educação em que acreditam. Na luta em territórios mapeados buscam criativamente produzir currículos, que põem em curso uma política cultural. Como todo currículo, os autores apostam que há uma negociação híbrida na relação com o Outro. Para compor o texto, a escrita está assinada a três mãos, conectadas a corpos distintos-interligados, os quais não se limitam ao biológico. Com isto, esperam expor a forma criativa, inventiva e guerreira como têm sido conduzidas as propostas educacionais nos distintos contextos, envolvendo os povos Kariri-Xocó e Pankararu

Opará. O trabalho indica relações e hibridizações na leitura de tais processos, não uma resposta dada e uma verdade estabelecida.

Em “Pega no laço, não mais! Reflexões acerca do discurso sobre as mulheres na Carta de Pero Vaz de Caminha e do Projeto de Lei nº 1.904/2024”, Sarah Quimba Pinheiro e Paulo de Tássio Borges da Silva buscam rasurar os primeiros passos, refletindo sobre o discurso sobre as mulheres, descrito ou não na Carta de Pero Vaz de Caminha de 1500 e no Projeto de Lei nº 1.904 de 2024, documentos de contextos históricos diferentes, que lançam o olhar do homem colonizador sobre o corpo da mulher, na tentativa de controlá-lo. Este último, mais uma tentativa de “pegar pelo (no) laço” por meio da legislação. O texto remete a rasuras e possibilidades para a pesquisa histórica e o Ensino de História, numa perspectiva da diferença, de um currículo como espaço-tempo de fronteira cultural, onde os conflitos e a negociação acontecem.

Em relação ao texto “Mortes evitáveis e causas mal definidas: vulnerabilidades da população indígena no Brasil”, Camilla Cosenza Valácio, Carla Jorge Machado e Laura Elisa Araújo Viana investigam as causas múltiplas de morte relacionadas à população indígena no Brasil em 2021, em comparação a outras categorias de raça/cor. Utilizando dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), o estudo destaca a importância das estatísticas de mortalidade na formulação de políticas de saúde. As mortes entre indígenas revelaram uma incidência de óbito desproporcional de causas preveníveis, destacando doenças respiratórias e causas mal definidas. A análise quantitativa transversal empregou indicadores-chave, como a média de menções por declaração de óbito e a relação causas básicas/causas múltiplas (CB/CM). Os indígenas, em média, apresentam menos menções de causas múltiplas de óbito por declaração de óbito, indicando possível deficiência de compreensão e registro das causas subjacentes à morte. As doenças respiratórias emergem como principais contribuintes para as causas múltiplas dessa população, diferenciando-se das demais categorias de raça/cor. Os resultados reforçam a necessidade urgente de políticas de saúde focalizadas nos povos indígenas, especificamente estratégias de prevenção para doenças respiratórias, além da redução de menções de causas mal definidas.

No texto “Educação escolar indígena e jogos: proposta lúdica no interior alagoano”, de Michelle Roberto Rodrigues e Samara Cavalcanti da Silva, as autoras trazem resultados da pesquisa voltada ao uso de jogos lúdicos na educação escolar indígena, com foco em uma Escola Estadual Indígena de Alagoas. A pesquisa aponta que os jogos tradicionais da comunidade surgem como práticas lúdicas importantes utilizadas em sala de aula pelos

professores da Educação Infantil. E, especificamente, observa-se o reconhecimento da prática para o fortalecimento da transmissão das tradições culturais da comunidade.

Para fechar o dossiê, o texto de Maicon Rodrigues dos Santos e José Valdir Jesus de Santana, intitulado “Formação inicial de professores que atuam no Colégio Estadual Indígena de Corumbauzinho, Prado/Ba”. Ao se debruçarem sob o processo de formação inicial dos(as) professores(as) do povo Pataxó, os autores verificam que a maioria dos professores é indígenas e uma grande parcela desses professores cursou ou estão cursando licenciaturas interculturais. Uma lacuna percebida é a baixa quantidade de professores que estão cursando áreas que envolvem a matemática e a pedagogia intercultural. Com a pesquisa, perceberam que as formações iniciais contribuíram de forma significativa para que os(as) professores(as) indígenas melhorassem os seus desempenhos educacionais com os estudantes indígenas.

Os artigos do dossiê “Fluxos em Educação Escolar Indígena no Nordeste brasileiro: conquistas, desafios e (re)invenções”, que integram este número da revista Campiô, apresentam cenas da Educação Escolar Indígena com produções curriculares, formação de professores, construção de escolas indígenas, experiências pedagógicas em etnomatemáticas indígenas, rasuras em histórias das mulheres indígenas e reflexões sobre mortalidade indígena no Brasil, que interferem diretamente nos processos educativos das comunidades. Agradecemos aos autores e às autoras e ao editor da revista, o professor Dr. José Adelson Lopes Peixoto. Que os(as) leitores(as) da revista Campiô apreciem este dossiê de (re) invenções e resistências.